

Argentina: os projetos de desenvolvimento nacional e a industrialização (1940-1945)^a

Argentina: National Development Projects and Industrialization (1940-1945)

Francisco Luiz Corsi^b 

Universidade Estadual Paulista, Departamento de Ciências
Políticas e Econômicas, Marília (SP), Brasil

Resumo: O texto pretende analisar os projetos acerca dos rumos da economia argentina em um período marcado pelos impactos da Segunda Guerra Mundial e pelas consequências do golpe de Estado de 1943, fruto, em boa medida, da crescente erosão da coligação conservadora no poder, cujo projeto nacional, apesar das tentativas de adaptá-lo à nova situação, não mais conseguia responder aos dilemas da economia em uma sociedade em rápida transformação. Diferentes projetos estavam em choque, indicando a crescente divisão da sociedade argentina. Trata-se de um processo histórico complexo que culminou com a eleição de Perón. Buscamos apontar que o amadurecimento de um projeto visando a plena industrialização avançou no período em pauta. Porém, predominaram proposições que defendiam uma industrialização limitada. Mesmo o projeto peronista continha certa ambiguidade.

Palavras-chave: Argentina. Projeto Nacional. Industrialização.

Abstract: The text aims to analyze the projects concerning the directions of the Argentine economy in a period marked by the impacts of the Second World War and the consequences of the 1943 coup d'état, largely resulting

Editor responsável: Marcos Taroco Resende | DOI: 10.29182/hehe.v29i2.1140

^a Submissão: 26/06/2026 | Aprovação: 03/05/2026 | Publicação: 02/06/2026

^b fl.corsi@unesp.br

O autor declara não haver conflito de interesse. Os conteúdos utilizados na pesquisa encontram-se no manuscrito.



Esta publicação está licenciada sob os termos
de Creative Commons 4.0 Internacional

from the growing erosion of the conservative coalition in power, whose national project, despite attempts to adapt it to the new situation, could no longer respond to the dilemmas of the economy in a rapidly transforming society. Different projects were in conflict, indicating the growing division of Argentine society. A complex historical process that culminated in Perón's election. We seek to point out that the maturation of a project aimed at full industrialization advanced in the period under consideration. However, propositions advocating limited industrialization prevailed. Even the Peronist project contained a certain ambiguity.

Keywords: Argentina. National Project. Industrialization.

JEL: N.

Introdução

Os impactos políticos e econômicos da Segunda Guerra Mundial para a Argentina foram de grande relevância. Ao iniciar o conflito, a expectativa geral era de uma crise semelhante à observada no início da década de 1930. Contudo, passado o impacto negativo inicial, verificou-se a melhora da situação, com o crescimento significativo da produção industrial e um bom desempenho do comércio exterior, com o acúmulo de cerca de 1,6 bilhão de dólares em reservas. Entre 1939 e 1945, o PIB cresceu 2,6% em média ao ano, enquanto o setor industrial cresceu 4,6%, puxando a atividade econômica. O nível de emprego era alto e os salários reais subiram, apesar da inflação elevada (Rapoport, 2007).

No entanto, a economia argentina apresentava desequilíbrios importantes, sobretudo no que se refere ao fornecimento de bens de capital, bens intermediários e combustíveis, insumos fundamentais para assegurar o crescimento econômico. Havia uma carência crônica desses produtos devido à guerra, o que acarretou o seu racionamento e a crescente dificuldade de modernização e ampliação do parque industrial e da infraestrutura, além de esses problemas serem um foco inflacionário. A superação dessa carência era central para o avanço da industrialização, dado que o Departamento Produtor de Meios de Produção (DI) era incapaz de garantir endogenamente a reprodução ampliada do capital, não obstante os avanços verificados desde os anos de 1930.¹

Nesse contexto e diante das transformações em curso na sociedade e na economia argentinas, que afetavam a correlação de forças entre as classes e entre as frações de classe no interior da classe dominante, e que cada vez mais punham em xeque o projeto nacional da coligação conser-

¹ Essas carências foram agudas devido ao boicote econômico norte-americano decorrente da política de confronto com os Estados Unidos e de neutralidade na guerra adotada pelo governo argentino. Tradicional aliada da Grã-Bretanha, a Argentina representava um obstáculo aos objetivos estratégicos dos Estados Unidos. O país platino, que almejava ser uma potência regional, vinha confrontando sistematicamente a nova potência em ascensão. A Argentina se opôs à doutrina Monroe e à política de “boa vizinhança”, manteve a neutralidade durante quase toda a Segunda Guerra Mundial, buscou encaminhar uma solução para a guerra do Chaco, além de se opor aos Estados Unidos nas Reuniões Pan-americanas realizadas a partir de 1936. O governo argentino procurou intensificar as relações comerciais com os países limítrofes, objetivando aumentar sua influência econômica e política na região (Rapoport, 2000).

vadora² vitoriosa com o golpe de Estado de setembro de 1930, acirraram-se as disputas quanto aos rumos da economia argentina.

O presente artigo tem por objetivo abordar os projetos de nação em disputa no período 1940-1945. Uma especial atenção será dispensada ao Plano Pinedo de 1940 e ao *Consejo Nacional de Posguerra*, pois consideramos que esses foram momentos cruciais em que afloraram de forma mais clara os projetos em disputa. Momentos de crise e incerteza nacional e internacional, que estimulavam a elaboração de propostas para o país por parte das forças políticas. Diferentes projetos estavam em choque, indicando a crescente divisão da sociedade argentina. Processo histórico complexo que culminou com a eleição de Perón. Buscamos apontar que o amadurecimento de um projeto de desenvolvimento visando a plena industrialização avançou no período em pauta. No entanto, predominaram propostas que defendiam uma industrialização limitada. Mesmo o projeto peronista continha certa ambiguidade.

1. O Plano Pinedo

Um dos marcos das disputas sobre os caminhos da economia argentina foi o *Plan de Reactivación Económica* de 1940, o chamado Plano Pinedo,³ apresentado pelo governo de Ramon Castillo como resposta aos

² A coligação conservadora abarcava vários setores das classes dominantes: os grandes proprietários de terras, banqueiros, setores comerciais ligados às exportações, capital estrangeiro e a chamada oligarquia diversificada. Este último setor era composto por grandes grupos, que atuavam simultaneamente na agricultura, no comércio, nas finanças, nos serviços e na indústria, originados na agroexportação e em capitais estrangeiros que se radicaram na Argentina a partir de fins do século XIX. Exemplos dessa fração encontram-se nos grupos Bunge y Born, Tornquist e Bemberg. Também se originou de grandes proprietários pampeanos e de outras províncias que alcançaram grande projeção na sociedade e na economia, atuando de forma multissetorial, como o grupo Braun Menedez. De modo geral, a coligação dominante na Argentina defendia uma economia aberta e uma política econômica liberal, cujo eixo central seria a exportação de bens agrícolas e pecuários. O desenvolvimento industrial possível seria o das indústrias consideradas naturais – empresas que processavam matérias-primas produzidas no país e que, presumidamente, seriam competitivas no mercado internacional. Essa coligação foi denominada de Concordância com a eleição à presidência de Agustín P. Justo em 1931 (Jorge, 1975; Basualdo, 2010).

³ Frederico Pinedo, do Partido Socialista Independente, já tinha sido ministro da Fazenda entre agosto de 1933 e dezembro de 1935. Na sua primeira passagem pelo ministério, adotou medidas que representaram um redirecionamento da política econômica da coligação conservadora no sentido de afastamento em relação à ortodoxia e de uma maior ação estatal na economia. Voltou a ocupar a pasta entre setembro de 1940 e março de 1941. Cabe destacar a contribuição de Raul Presbich, que já tinha sido assessor de Pinedo nos anos de 1930, na elaboração do Plano Pinedo de 1940. Além de Presbich, também contribuíram com o plano Ernesto Malaccorto e Guillermo W.

esperados efeitos negativos da guerra. É importante discutirmos esse plano à medida que ele balizou as discussões ao longo do período em pauta. Elaborado por um grupo de burocratas, o plano Pinedo tinha por objetivo adequar a economia argentina à nova situação da economia mundial que vinha se configurando desde a Grande Depressão e às transformações socioeconômicas em curso no país a partir dos interesses da oligarquia diversificada, dos invernistas, do capital estrangeiro e de setores da burguesia industrial.⁴ O mundo que emergiu da Grande Depressão dos anos de 1930 obrigou as forças conservadoras a repensar o seu projeto nacional.⁵ Porém, a tentativa de readequação do projeto nacional dos conservadores mostrou-se bastante difícil em uma situação marcada pelo fechamento das economias nacionais.

Os principais pontos do plano eram os seguintes: 1) estimular o setor da construção civil por meio de um programa de construção de casas populares. Esse setor além de empregar grande quantidade de mão de obra tinha efeito estimulante sobre vários outros setores e, por conseguinte, era chave para manter a demanda interna elevada; 2) comprar as colheitas pelo Estado como forma de garantir preço mínimo para os produtos agrícolas e assim manter o nível de atividade e do emprego no campo;⁶ 3) estimular o crescimento da indústria, garantindo crédito e

Klein, membros da equipe do banco central (*Plan de Reactivación Económica* - PRE, 1979; Dosman, 2011). No presente artigo utilizamos a edição do *Plan de Reactivación Económica* publicada, em 1979, pela revista *Desarrollo Económico*, pois não tivemos acesso à documentação original. A publicação da revista é uma reprodução de Argentina (1940).

⁴ O plano foi interpretado por diferentes autores, entre eles Jorge (1975) e Llach (1984), como a tentativa mais elaborada de adaptar o projeto nacional da coligação conservadora, mais precisamente da oligarquia diversificada, à nova situação delineada no início da década de 1940.

⁵ Um trecho do discurso de Luis Duhau, ministro da Agricultura no início da década de 1930, ex-presidente da *Sociedad Rural Argentina* (SRA) e grande proprietário de terras, proferido em dezembro de 1933, é ilustrativo da percepção, por parte dos conservadores, da necessidade de adaptar o projeto de uma Argentina agroexportadora à nova realidade: “*Ha concluido la etapa histórica de nuestro prodigioso desarrollo bajo el estímulo directo de la economía europea [...] Somos demasiados pequeños en el conjunto del mundo para torcer las corrientes de la política económica mundial [...] La Argentina podía obtener buena parte de las manufacturas que requeriría ya sea produciéndolas o ya obteniéndolas en los países extranjeros mediante el canje con sus productos agrarios. Lo más económico, lo más provechoso para el país resultaba con frecuencia el último procedimiento, el procedimiento del intercambio. A la industria nacional le tocará pues, resarcir a la economía nacional de las pérdidas incalculables que provienen de la brusca contracción de su comercio exterior*” (Duhau *apud* Gerchunoff, 2010, p. 127-128).

⁶ Segundo o Plano: “*La adquisición de esos excedentes [agrícolas] a precios moderados con el objeto del productor pueda cubrir los costos de producción [...] constituye uno de los puntos fundamentales del programa*” (PRE, 1979, p. 404).

demanda para seus produtos;⁷ 4) incrementar o comércio com os países vizinhos e sobretudo com os Estados Unidos, o que implicava uma aproximação em relação a esse país. Essa aproximação era considerada central para o sucesso do plano, pois o mercado norte-americano seria importante para absorver as exportações de manufaturas e bens primários argentinos, além de uma fonte de capitais e meios de produção. Os estímulos à construção civil e à produção agrícola, ao sustentarem o emprego e a demanda, sustentariam o setor industrial; dessa forma, a economia como um todo cresceria. O Plano visava à sustentação da demanda interna, conferindo grande importância ao nível de emprego e dos salários. Incrementar o consumo, e, portanto, o mercado interno, era chave, mas isso implicava aumentar os investimentos, sobretudo na construção civil e na indústria de transformação. (PRE, 1979).⁸ O plano parece não ter levado em consideração que, em um cenário de guerra, haveria crescente dificuldade de importar bens de capital, o que poderia bloquear os investimentos previstos.

Para implementar essas propostas, os articuladores do plano defendiam uma intervenção moderada e por meios indiretos do Estado na economia. Pinedo tinha uma grande preocupação com o excesso de intervenção estatal na economia, pois esta poderia interferir no bom funcionamento do mercado.⁹ A proposta estava centrada na criação de mecanismos de financiamento para o setor industrial, para a compra de excedentes agrícolas e para a construção civil. O Banco Central teria um papel-chave na articulação do financiamento do plano. Para tanto, seria preciso reformar o mercado financeiro e o de capitais, além de dotar o Banco Central de maiores poderes para criar linhas de crédito de longo prazo e manejar a política monetária, pois só assim seria possível criar um consistente esquema interno de financiamento da acumulação de capital. O

⁷ A esse respeito o plano é claro: “*Otro de los puntos capitales del programa es el estímulo de las actividades manufactureras*” (PRE, 1979, p. 408).

⁸ Segundo o Plano: “[...] *es indispensable tomar medidas tendientes a que las masas laboriosas vuelvan a disponer de poder de compra suficiente para estimular la demanda*” (PRE, 1979, p. 404). A questão de manter o emprego e o nível dos salários foi um dos pontos centrais nas propostas de política econômica no período.

⁹ A esse respeito o plano assinalava: “*Podrá pensarse que una acción de esta naturaliza presupone la intervención directa del Estado en los negocios. Ni se tiene ese propósito ni se justifica esa intervención [...] pero es indispensable que el Estado cree las condiciones favorables y ofrezca el incentivo necesario a fin de que las actividades adquieran el impulso de que son capaces para combatir eficazmente la depresión que comienza.*” (PRE, 1979, p. 404-405).

Banco Central passaria a ter maior poder para determinar os níveis mínimos de reservas, de realizar operações no mercado aberto e determinar as taxas de juros para depósitos a prazo fixo e para a poupança (PRE, 1979; Llach, 1984).

As políticas propostas pelo Plano Pinedo favoreciam o setor industrial; contudo, defendiam uma expansão industrial limitada e sobretudo voltada à exportação de produtos manufaturados que utilizavam matérias-primas nacionais. Além de manter o eixo da economia na agroexportação, a preocupação era desenvolver indústrias voltadas para as exportações e que elaboravam matérias-primas nacionais (carne, lã, milho, leite, algodão, madeira, zinco, cal, cimento etc.) (Corsi, 2019).

No texto enviado ao Congresso lê-se: *“Ello no significa, desde luego, que toda industria deba ser fomentada. Debemos precaver-nos del error de promover aquellas producciones que tienden a disminuir las importaciones”* (PRE, 1979, p. 409). Em discurso proferido no Congresso, no momento em que o plano era debatido, Pinedo afirmou: *“No pensamos llegar a una industrialización total, masiva del país, pero no hay por qué abandonar algunas producciones industriales totalmente sanas, tan sanas como la de fabricar trigo poniendo semillas en los surcos; fabricar carne, haciendo pacer los pastos para el ganado”* (Pinedo *apud* Rougier; Odisio, 2017, p. 96).

Apesar de importante, a indústria ocuparia, segundo Pinedo, uma posição secundária na economia. Ele defendia o desenvolvimento da indústria, das finanças e dos serviços para o equilíbrio geral da economia. Entretanto, seu eixo principal continuaria sendo o setor agropecuário. Nos debates ocorridos no Congresso, Pinedo assinalou:

La vida económica del país gira alrededor de su rueda maestra, que es el comercio exportador. Nosotros no estamos en condiciones de reemplazar esa rueda maestra por otra, pero estamos en condiciones de crear al lado de ese mecanismo algunas ruedas menores que permitan cierta circulación de la riqueza, cierta actividad económica, la suma de la cual mantenga el nivel de vida de este Pueblo a cierta altura. (Pinedo *apud* Llach, 1984, p. 521)

Embora duramente criticado, o plano conseguiu ser aprovado no Senado, pois o governo tinha maioria nessa casa legislativa. Contudo, não

chegou a ser votado na Câmara dos Deputados, dominada pela oposição. Com forte presença da oligarquia diversificada, a União Industrial Argentina (UIA) o apoiou, mas, ao mesmo tempo, reivindicava outras medidas de estímulo não contempladas no plano, como uma lei *antidumping*, *draw-back*, revisão das tarifas, uma lei que favorecesse os empresários nacionais nas licitações públicas e leis que flexibilizassem a legislação trabalhista. Dominada pelos invernistas, a *Sociedad Rural Argentina* (SRA) apoiou as propostas voltadas para o setor agrário e foi contrária às que estimulavam a industrialização.¹⁰ A *Bolsa de Comercio de Buenos Aires*, controlada pelos grandes exportadores, defendeu o fomento às indústrias naturais e reafirmou que o eixo da economia continuava sendo o setor exportador. A *Confederación de las Asociaciones Rurales de Buenos Aires e La Pampa* (CARBAP) defendeu a vocação agrícola do país (Murmis; Portantiero, 2011; Rougier; Odisio, 2017).

Na grande imprensa, o plano também foi mal recebido. Os principais jornais defendiam que a reativação da economia deveria calcar-se na agropecuária e não na indústria (Murmis; Portantiero, 2011; Rougier; Odisio, 2017). A oposição, que estava fragmentada, também rejeitou as propostas de Pinedo. A *Unión Cívica Radical* (UCR), que formou uma comissão especial para analisar o plano, criticava-o pelo excesso de intervencionismo estatal na economia, pelas pressões inflacionárias que geraria e pelo incentivo às indústrias consideradas artificiais. Estas estariam se desenvolvendo em virtude de uma situação excepcional, que não se sustentaria ao término do conflito mundial. A UCR rachou, pois tinha uma base muito heterogênea. Havia um setor dentro do partido que tinha posições muito próximas às de Pinedo. Tanto é que pouco tempo depois o partido apresentou na Câmara dos Deputados projetos sobre linhas de crédito às atividades produtivas muito semelhantes às proposições do Plano Pinedo. Porém, prevaleceram os setores liberais do partido. Um

¹⁰ Documento da SRA assinalava: “[...] *la prosperidad de nuestro país está supedita a la marcha de los negocios agropecuarios [...] el fomento de las industrias transformadoras que utilicen materias primas del país puede contribuir a mantener la prosperidad económica, pero este fomento debe estar subordinado fundamentalmente a la consideración de nuestro intercambio; no debemos fomentar artificialmente industrias que en un momento de normalidad nos obliguen a recurrir a trabas artificiales para mantenerla, trabas que dificultarán la reanudación de nuestro intercambio.*” (SRA *apud* Murmis; Portantiero, 2011, p. 92).

trecho do informe do Comitê Nacional sobre o Plano Pinedo é ilustrativo dessa posição:

Podrán caerse todas las chimeneas, pero mientras el campo produzca y exporte, el país seguirá comprando lo que necesite, seguramente a precio inferior que el determinado por la Aduana para favorecer intereses creados [...] Vamos a sentar un principio general. Bienvenidas las industrias naturales y cuidado con las artificiales. (Comité nacional apud Gerchunoff; Llach, 2005, p. 146-147)

Os socialistas também seguiram a linha liberal da UCR para rechaçar o Plano Pinedo, argumentando que o plano defendia forte controle da economia pelo Estado e resultaria em larga emissão de moeda, que favoreceria as classes dominantes e prejudicaria a trabalhadora. O plano seria inflacionário e, portanto, levaria a queda dos salários reais. Esse ponto era central na argumentação dos socialistas e os aproximava dos liberais. O partido defendia o livre-comércio, criticava a autarquia econômica e reafirmava a importância da agroexportação para o país. Uma representação dos deputados socialistas afirmava que o plano estabelecia “*un régimen de rigorosa autarquía que no conviene a un país fundamentalmente agroexportador*”. Não obstante as críticas ao Plano Pinedo, os socialistas reconheciam a importância da indústria para a economia e para a geração de empregos. Eles defendiam a necessidade de a Argentina desenvolver tanto o setor agropecuário quanto o industrial e, dessa forma, colocavam-se contra medidas protecionistas consideradas abusivas (Nállim, 2012; Belini, 2022).

Contudo, essa postura adotada em relação ao Plano Pinedo, contrastava com o *Plan de Defensa Nacional*, aprovado pelo partido em 1938, que esboçava um programa baseado em abrangente política social, na nacionalização de setores estratégicos, como petróleo, gás, transporte e telefones, e na reforma agrária por meio de impostos progressivos sobre a propriedade, visando criar uma ampla classe de pequenos proprietários, embora também defendesse a criação de cooperativas. Essas propostas, paradoxalmente, implicavam maior ação do Estado na economia e no planejamento. Muitas delas se aproximavam das propostas dos comunistas. Não havia unidade no partido quanto aos caminhos da economia

argentina e a definição de um projeto nacional (Nállim, 2012; Graciano, 2012; Belini, 2022).

Em 1941, um grupo de socialistas, que criou uma organização com o objetivo de apoiar os aliados na guerra, a *Acción Argentina*, retomou o plano de 1938 e passou a defender propostas próximas ao Plano Pinedo; em especial, ampliar as exportações para a América Latina, fomentar a construção civil, criar uma frota mercante nacional, fomentar as indústrias consideradas naturais e não estimular aquelas que dependiam de proteção aduaneira para sobreviver. Esse grupo passou a defender uma expansão industrial limitada (Nállim, 2012; Rougier; Odisio, 2017; Belini, 2022).

Não obstante suas oscilações, o Partido Comunista Argentino (PCA) também se colocou contra o Plano Pinedo, mas por motivos distintos dos conservadores e dos liberais. Para esse partido, a guerra só agravaria os problemas estruturais históricos da Argentina: a estrutura agrária fundada no latifúndio, o controle dos trustes monopolistas estrangeiros sobre as importações, as exportações, os transportes e o crédito externo. Seria necessário liquidar com as relações semifeudais existentes no campo, combater a exploração dos trabalhadores urbanos e romper com as amarras do imperialismo. Só assim seria possível destravar o desenvolvimento da economia, aumentar a produção e as exportações e proporcionar melhores condições de vida, remuneração e trabalho para a classe trabalhadora. Essas medidas ampliariam o mercado interno, o que seria fundamental para o crescimento econômico (Murmis; Portantiero, 2011; Rougier; Odisio, 2017; Graciano, 2012; Camarero, 2023).

O PCA considerava, com razão, que a proposta de Pinedo não passava de uma reafirmação da economia exportadora, do latifúndio e do papel de proeminência do capital estrangeiro – um projeto da oligarquia para a Argentina, que protegia seus interesses fundamentais e não avançava no sentido de romper com as condições de atraso do país. O PCA apresentou um plano alternativo, anti-imperialista e antilatifundiário, que estabelecia o planejamento, a nacionalização dos setores estratégicos, a reforma agrária e um amplo programa de expansão industrial, que contemplava o desenvolvimento da siderurgia e do setor metalúrgico. Dessa maneira, a Argentina alcançaria um desenvolvimento autônomo, preparando terreno para a posterior revolução socialista. Essa análise, no fundamental, seria mantida até o final do período em pauta (Murmis;

Portantiero, 2011; Rougier; Odisio, 2017; Graciano, 2012; Camarero, 2023).

O PCA defendia a formação de uma ampla frente com os partidos democráticos e com as centrais sindicais, em particular com a *Confederación General del Trabajo* (CGT) e com a *Federación Agraria Argentina* (FFA). Frente que também incluiria setores considerados progressistas da burguesia. O objetivo era colocar um fim à dominação oligárquica e imperialista, reconstruindo a democracia argentina sobre novas bases. As iniciativas dos comunistas não obtiveram sucesso naquele momento. Só um pouco mais tarde seria articulada uma frente ampla, na qual o PCA teria um papel secundário.

Cabe observar que o Plano Pinedo não contou com apoio de setores importantes que compunham a Concordância, indicando sua fragilidade política e suas divisões. O episódio também indica os limites da burocracia na determinação da linha da política econômica. A tentativa de redefinir o projeto da coligação conservadora não foi capaz de unificar os interesses das frações de classe que apoiavam a Concordância. O plano parece muito mais uma iniciativa política desarticulada de um governo que não mais contava com sólida base de sustentação.

Mesmo não aprovado pelo Congresso, o plano abriu um debate sobre os rumos da economia e estimulou a adoção de medidas favoráveis ao setor industrial. O debate tinha deixado claro que a Argentina não poderia mais ser reduzida a um país agrário exportador; o setor industrial e a população urbana tinham crescido significativamente. O processo de diferenciação das classes se aprofundou. Começou a ganhar força um setor da burguesia industrial mais voltado à produção de bens de capital e bens intermediários, baseados em capital nacional. Verificou-se um relevante crescimento das pequenas e médias empresas, mas, apesar disso, o setor industrial continuou bastante concentrado.¹¹ Acompanhando esse cres-

¹¹ Segundo Basualdo (2010), a burguesia industrial argentina poderia ser dividida em três frações. Nos anos de 1930 e 1940, o setor industrial era bastante concentrado e com peso considerável do capital estrangeiro. Em 1934, dos 170 maiores estabelecimentos industriais, 114 eram controlados pelo capital estrangeiro e 56 pela oligarquia diversificada. Em 1937, as empresas grandes, aquelas com 200 ou mais operários, representavam 1,4% do total das empresas, mas ocupavam 37% da força de trabalho, e sua produção correspondia a 58% da produção total do setor. No outro extremo, as empresas pequenas controladas por capitais nacionais (com dez ou menos operários) representavam 70% dos estabelecimentos fabris, mas ocupavam 15% da mão de obra e produziam 6% do valor total da produção. O capital estrangeiro controlava cerca de 50% do capital industrial

cimento, observou-se uma forte expansão da classe trabalhadora. O resultado desses processos era uma alteração na correlação de forças entre as classes sociais.

O fracasso do Plano Pinedo indica a fraqueza da Concordância e do governo de Ramon Castillo, que também perdia apoio junto às Forças Armadas, que consideravam que o governo não seria suficientemente firme em sua política de neutralidade diante das crescentes pressões norte-americanas. Apesar das divisões das forças políticas opositoras, estas caminhariam para compor uma frente antifascista, o que intensificou a oposição ao governo, considerado pró-eixo em virtude de sua política de neutralidade na guerra. O governo de Castillo estava rapidamente perdendo legitimidade devido à corrupção generalizada e à retomada das fraudes nos processos eleitorais, o que estreitava suas bases de sustentação.

Nessas circunstâncias de erosão das bases de sustentação do governo e de crise política, foi desferido um golpe de Estado em junho de 1943, que não enfrentou resistência. A oposição, com exceção do Partido Comunista, viu nos acontecimentos de junho a possibilidade de rapidamente se normalizar a situação institucional do país e a realização de eleições, o que não aconteceria. O grupo de militares que desferiu o golpe era heterogêneo e sem programa claro. Era composto por elementos tanto favoráveis à continuidade da neutralidade da Argentina na guerra quanto por oficiais que apoiavam os aliados, assim como por liberais, pragmáticos e nacionalistas, sendo que estes últimos pretendiam transformar o regime político e dotá-lo de amplas bases sociais. De forma não linear, das disputas internas do governo saiu vitoriosa a corrente liderada por Perón, organizada inicialmente no Grupo de Oficiais Unidos (GOU). O novo

nesse ano. Do final dos anos de 1930 até 1945, observa-se expressivo crescimento das empresas controladas pelo capital local. Entre 1941 e 1946, de acordo com o censo deste último ano, foram criadas 25.130 empresas, correspondendo a 29,1% das empresas do estoque existentes naquele momento, ocupando 15,2% da mão de obra e produzindo o equivalente a 11,4% do valor da produção do setor. Os dados indicam que eram sobretudo pequenas e médias empresas, embora várias de capital nacional tenham logrado transformar-se em grandes empresas, que disputavam posições com as de capital estrangeiro e da oligarquia diversificada. Esse setor também passaria a se organizar de forma independente da UIA (Haines, 2008). A participação da agropecuária no PIB, entre 1930-1934, era de 25,5%, enquanto a da indústria era de 18,4%. Ao final da guerra, os números eram respectivamente os seguintes: 24,5% e 21% (Rapoport, 2000).

regime rapidamente imprimiu medidas autoritárias, censurando a imprensa, suspendendo o funcionamento dos partidos, fechando o Congresso, intervindo nas províncias e desencadeando forte repressão à esquerda, sobretudo no movimento sindical (Camarero, 2023; Miranda; López, 2023).

2. Os embates sobre os rumos da economia argentina após 1943

O governo militar que assumiu o poder com o golpe de junho tinha uma postura mais claramente favorável à industrialização. Essa postura estava presente no GOU. Segundo Rougier e Odisio (2017, p. 132), esse grupo considerava que, para a Argentina continuar a manter sua posição internacional e absorver as crescentes pressões sociais decorrentes da expansão da classe trabalhadora, era necessário desenvolver a indústria, o que implicava maior ação estatal na economia. O Estado deveria ser um *“órgano regulador de riqueza, director de la política y armonizador social”*, assinalava um documento do referido grupo.

Setores militares, desde o início da guerra, em uma situação de alteração do equilíbrio estratégico da América do Sul a favor do Brasil, vinham assumindo uma posição cada vez mais alinhada ao desenvolvimento industrial. Exemplo dessa linha de ação encontramos desde a criação da *Dirección General de Fabricaciones Militares* em 1941. Essa instituição autárquica, cujo objetivo era incrementar a produção de materiais e insumos bélicos por meio de empresas estatais e privadas, ganhou impulso a partir de 1943.

Observa-se uma linha de política econômica cada vez mais voltada para o fomento do mercado interno, que na visão do governo militar implicava estimular o setor industrial, introduzir ampla legislação social e incrementar os salários, indicando uma ruptura com as posições do governo anterior. O discurso era favorável ao avanço da industrialização. O ministro da Fazenda Jorge Santamarina defendia o crescimento e o desenvolvimento da indústria. De acordo com o ministro, *“la moneda y crédito deben estar subordinados a la economía y no la economía a la moneda y el crédito”*. E em relação ao avanço da indústria assinalou: *“ha demostrado esta experiencia lo mucho que hay que hacer en esta materia y que debe*

hacerse sin tardanza por la aplicación sistemática de una política bien concebida de desarrollo industrial” (Santamarina *apud* Rougier; Odisio, 2017, p. 136-137)

Várias medidas foram adotadas nesse sentido, mas sem configurar um articulado projeto nacional de desenvolvimento voltado para o mercado interno, que estava em processo de amadurecimento naquele período. Em novembro de 1943, foi reorganizada a *Dirección General de la Industria*, reunindo organismos já existentes e novos, como a *Dirección de Industrias Químicas* e de *Industrias Metalúrgicas*. Também, nesse período, organizou-se a *Dirección de Economía y Política Industrial*, com o propósito de elaborar políticas setoriais. Dessa comissão participavam técnicos próximos à *Revista de Economía Argentina*, criada décadas antes por Alejandro Bunge. Em junho de 1944, foi criada a *Secretaría de Industria y Comercio*, com *status* de ministério. Seus objetivos eram amplos: coordenar a economia argentina, propor leis de fomento setorial, fomentar a pesquisa, analisar tratados comerciais e planejar a produção e o consumo de energia. Em 1945, foi instituído o *Consejo Superior de Industria e Comercio*, visando dar unidade às diferentes repartições e à implementação das políticas setoriais. Institui-se também um *Consejo Consultivo*, que buscava articular o governo com os empresários (Belini, 2023).

Outra medida bastante relevante do novo governo foi a criação do Banco de Crédito Industrial, em 1944, com a função de realizar financiamentos de longo prazo e resgatar dívidas das empresas. Coube a um empresário do ramo têxtil a presidência do banco. Os fundos do banco provinham do governo e do *Banco de la Nación*. Suas atribuições foram ampliadas em 1945, assim como seu capital, mas no período do governo militar suas ações, como a de vários dos organismos acima citados, foram limitadas.

Cabe destacar o Decreto 14.630, de junho de 1944, que estabeleceu uma política de defesa e estímulo para a indústria nacional. O decreto estabelecia critérios para o fomento do setor industrial, sobretudo por meio de cotas de importações e subsídios estatais, mas continuava diferenciando as indústrias que utilizavam matérias-primas nacionais das que não utilizavam, que poderiam ser estimuladas desde que fossem importantes para a defesa nacional e para a produção de artigos de primeira necessidade da população. Esse decreto foi criticado pela *Sociedad Rural*

Argentina e pelos importadores, contrários às medidas protecionistas (Belini, 2023).

Tais medidas foram amplamente apoiadas pela UIA. Este foi o momento em que a burguesia industrial mais se aproximou do governo. Entretanto, logo ela se afastaria, à medida que Perón, no comando da *Secretaria del Trabajo*, introduziu ampla legislação social e trabalhista, que não era aceitável para o empresariado.

Nesse período, observa-se o avanço da definição de projetos para a Argentina. Três propostas ganham terreno no interior das classes dominantes e da burocracia estatal, cada uma delas expressando interesses de diferentes atores sociais, com análises e programas que apresentavam muitos matizes. Ao mesmo tempo, o projeto da esquerda, que já ocupava uma posição secundária na política nacional, perderia ainda mais espaço ante o avanço do peronismo.

A partir de setores militares e de alguns membros da burguesia industrial, ganhou mais consistência a defesa de uma economia autárquica e de uma política abrangente de promoção da industrialização, defendendo a siderurgia, a produção de alumínio, a extração de berílio, cobre etc. Os principais pontos dessa proposta eram os seguintes: 1) política aduaneira protecionista e seletiva, que protegesse os setores já instalados e suprimisse os impostos para importação de máquinas e equipamento; 2) política ampla de crédito de longo prazo; 3) ação estatal direcionada para desenvolver setores estratégicos, o que poderia compreender o planejamento econômico e a criação de empresas estatais. O desenvolvimento de determinados setores não necessariamente deveria pautar-se por critérios de eficiência econômica, pois esses setores deveriam ser fomentados em virtude de sua relevância estratégica para a defesa nacional, na medida em que a independência econômica seria a base da independência política, como afirmavam alguns militares favoráveis a essa visão. O general Manuel N. Savio, um dos principais defensores do desenvolvimento industrial argentino, em particular da siderurgia, afirmou em 1943: “*La industria siderúrgica es fundamental, es primordial, la necesitamos como hemos necesitado nuestra libertad*” (Savio *apud* Rapoport, 2007, p. 233).

Segundo essa corrente, a Argentina também deveria adotar uma política de exportação de manufaturados para os países da região, aproveitando a conjuntura favorável criada pela guerra. A abertura de novos

mercados ajudaria a enfrentar o problema da estreiteza do mercado interno, que também deveria ser fomentado por meio de políticas estatais dirigidas para estimular a natalidade e a imigração e incrementar a renda da população. A autarquia econômica decorreria da situação de guerra, mas seria uma tendência mundial de longo prazo. No entanto, a autarquia não significaria isolamento internacional. Era entendida como uma economia mais fechada, baseada em um forte mercado interno. O comércio exterior e a entrada de capitais estrangeiros continuariam a desempenhar, de acordo com essa corrente, papel de grande relevo (Rapoport, 2007; Rougier; Odisio, 2017).

Solano P. Guzmán, engenheiro ligado à indústria, afirmou em 1942:

Sobre los restos del liberalismo económico, se ha levantado en el mundo desde hace años un cerco tupido de barreras aduaneras. Estas medidas proteccionistas marchan irremediablemente hacia la autarquía, hacia la protección de la producción nacional y la creación de nuevas producciones que tiendan a independizarnos del extranjero, que tienda en una palabra hacia la política económica de la propia suficiencia. (Guzmán apud Rougier; Odisio, 2017, p. 108)

Luciano Catalano, empresário do setor de mineração, um pouco depois, defendeu a necessidade de “*movilización industrial* [para desenvolver] *fuentes de riqueza mineral y afianzar las industrias metalúrgicas y químicas derivadas, en grado completo [...] tenemos que bastarnos a nosotros mismos: esa es la consigna*” (Catalano apud Rougier; Odisio, 2017, p. 113). O general Manuel Saivo, de acordo com Rougier e Odisio (2017, p. 112), “*sostenía que en la elección de una rama industrial [a ser desenvolvida] no jugaba sus ventajas comparativas, sino su capacidad para abastecer el consumo nacional y para generar empleo en situaciones de emergencia [...] La divisa industrias ‘naturales’ y ‘artificiales’ parecía definitivamente desechada*”.

Os setores vinculados à economia exportadora continuaram defendendo uma economia aberta e a inserção da Argentina como exportadora de bens primários na economia mundial e o desenvolvimento de indústrias que processavam matérias-primas nacionais. Consideravam que o desenvolvimento industrial verificado no período decorria de uma situação excepcional derivada da guerra e que setores que não teriam condições

econômicas de sobreviver quando a situação se normalizasse no pós-guerra não deveriam ser estimulados.

Em documento da CARBAP lê-se:

Pretender [...] estabilizar industrias surgidas en medio de soluciones de emergencia, es plantear un problema trágico para el futuro del país después de la guerra; es estimular una lucha que no la deseamos entre a industria y las fuentes básicas de la producción rural, pero si ello sucede, debemos declarar que estamos resueltos a defendernos en todos los terrenos.
(CARBAP *apud* Murmis; Portantiero, 2011, p. 93)

Essa corrente abarcava os setores liberais que se encontravam não só nas associações de classe vinculadas à agroexportação e ao comércio importador, mas também em diferentes partidos e na grande imprensa, como, por exemplo, no jornal conservador liberal *La Prensa*. Contudo, vários liberais passaram, segundo Nállim (2012), a admitir certa ação estatal na economia, que seria necessária para enfrentar os crescentes problemas econômicos e sociais do país, mas, ao contrário do que esse autor sugere, isso não significava que defendiam uma abrangente industrialização.

Os setores reunidos na *Comisión para la Promoción del Intercambio*, criada em novembro de 1940 como um dos desdobramentos das propostas do grupo de Pinedo e que tinha em sua diretoria representantes do capital estrangeiro e de grandes grupos econômicos argentinos pertencentes à oligarquia diversificada, continuaram a defender proposições próximas às do Plano Pinedo. Essa instituição realizou uma série de estudos sobre essas questões, destacando-se um deles, elaborado pela *Armor Research Foundation*, que teve relevante repercussão e cuja conclusão defendia o desenvolvimento das seguintes indústrias: elaboradoras de matérias-primas (leite, cereais, milho, lã, carnes de porco, algodão, madeira, chumbo, zinco), cimento, cal, produtos químicos, confecções, papel, calçados, vidro, cerâmica, viníferas, frigorífica, aparatos elétricos e máquinas simples (Rapoport, 2000; Rougier; Odisio, 2017).

Essas indústrias teriam condições de serem competitivas nos mercados externos, pois se baseavam em vantagens comparativas da Argentina, por utilizarem, na maioria dos casos, matéria-prima nacional. Entretanto, os setores que consumiam muita energia, como as indústrias metalúrgicas,

metalomecânicas e a siderurgia, não deveriam ser desenvolvidos, dada a pouca possibilidade de se tornarem competitivos. A proposta defendia uma industrialização limitada, baseada sobretudo no desenvolvimento das indústrias que utilizavam matérias-primas de origem nacional, que seriam baratas e abundantes, e que poderiam se beneficiar de ganhos de escala. Também defendiam o desenvolvimento de setores industriais de produtos de baixo valor unitário e cujo valor dos fretes por unidade fossem elevados, o que dificultaria as suas importações. O estudo considerava o mercado interno argentino relativamente pequeno para comportar um desenvolvimento industrial mais abrangente. O eixo dinâmico da economia continuaria sendo a agroexportação e não o setor industrial. No fundamental, a proposta visava agregar valor aos produtos exportados.

Ganhou terreno no período o projeto nacional calcado na defesa de uma industrialização limitada, mas que ia além daquela proposta pelo Plano Pinedo. De acordo com esse projeto, a Argentina não teria condições de desenvolver todos os setores industriais, sobretudo devido à estreiteza de seu mercado interno e à carência de certos recursos naturais. Essa proposta aglutinou diferentes sujeitos políticos. Ela rompia parcialmente com a visão excessivamente estreita que defendia apenas fomentar as indústrias naturais. Esses setores passaram a defender o desenvolvimento das indústrias que se mostrassem eficientes. Ou seja, daquelas que teriam condições de enfrentar a concorrência estrangeira quando a economia voltasse a se abrir no pós-guerra. Essa perspectiva colocava a questão do que fazer com os setores não competitivos da indústria no pós-guerra, quando a economia deveria voltar a se abrir, como muitos esperavam à época. De certo modo, essa questão permeava o debate, dadas suas implicações políticas, sociais e econômicas. Um dos pontos defendidos por essa corrente era a necessidade de incrementar as exportações para os países vizinhos e para os Estados Unidos, como forma de superar o estreito mercado interno.

Entre defensores de uma industrialização limitada encontrava-se Raúl Prebisch, um dos formuladores do Plano Pinedo e diretor do Banco Central até 1943, e um dos principais articuladores da política econômica dos governos da Concordância. Defendia que as indústrias a serem desenvolvidas, independentemente dos setores em que atuavam, deveriam ser eficientes, rompendo, portanto, com a distinção entre indústrias “artifi-

ciais” e “naturais”. Para ele, o crescimento do setor industrial estaria no limite, devido às restrições de importações decorrentes do conflito mundial. Dessa maneira, caberia ao Banco Central moderar o crescimento; caso contrário, o processo inflacionário poderia se agravar, como os documentos do Banco Central vinham afirmando.¹² Todavia, a posição de Prebisch de defesa de uma industrialização limitada, nesse período, ia além das questões conjunturais. Ele tinha a preocupação em desenvolver o setor industrial como uma forma de diminuir a vulnerabilidade em relação às flutuações da economia mundial, mas o processo de industrialização estaria limitado pela capacidade exportadora do país.

Como afirmam Rougier e Odisio (2017, p. 118):

Prebisch proponía para la posguerra “la liquidación de todo que no tenga la necesaria consistencia económica” y afirmaba, como en 1940, que el país debía seguir importando para poder exportar; también consideraba la posibilidad de modificar la composición de las importaciones reservando las divisas para la introducción de bienes de capital. Este uso de las divisas orientado a la protección de las industrias locales se justificaba en la reducción de la dependencia de capitales extranjeros y el fortalecimiento de la economía nacional [...] En sustancia, más allá de las particulares circunstancias generadas por la Guerra, Prebisch continuaba planteando una industrialización limitada, tal como había propuesto en el llamado Plan Pinedo.

Essa posição convergia com a postura da UIA adotada após o fracasso do Plano Pinedo. De acordo com Rougier e Odisio (2017, p. 107), vinculado à oligarquia diversificada por meio de sua participação no grupo Leng Roberts, Luis Colombo, presidente da UIA, passou a questionar a distinção entre indústrias naturais e artificiais, asseverando que

¹² A seguinte passagem do relatório de 1942 do Banco Central ilustra a postura do banco até 1943: “Es preciso pues refrenar en lo posible el ritmo de este fenómeno expansivo. Y siendo el déficit fiscal uno de los factores controlables allí se debería dirigirse de preferencia el esfuerzo. El poder Ejecutivo ha señalado [ser necesario] Un programa para contener e ir reduciendo gradualmente el déficit parece tanto más recomendable cuanto que la magnitud de las necesidades fiscales provocadas por él, unidas las exigencias financieras del plan de trabajos públicos y las compras de cosechas, son muy superiores a la capacidad de absorción del mercado de títulos [...] claro está que se realice el mayor esfuerzo posible con la colocación en el público de valores a plazos largos, medianos y cortos antes que seguir recurriendo a la expansión crediticia con la consiguiente dilatación de los medios de pagos. (BCRA, 1942, p. 9).

o apoio governamental a determinado setor industrial não poderia se pautar no critério de utilização de matérias-primas locais, mas sim na capacidade de esse setor produzir a um custo não superior ao vigente no mercado internacional. Isso implicava que qualquer setor poderia se desenvolver desde que fosse eficiente. A proposta era criar uma indústria competitiva.

Contudo, a burguesia industrial apresentava-se cada vez mais dividida com o crescimento significativo de pequenas e médias empresas controladas por capitais nacionais, que empregavam grande quantidade de mão de obra e eram pouco eficientes. Resultado do avanço do processo de industrialização impulsionado pela guerra, essas empresas passaram a adotar, paulatinamente, uma postura mais independente em relação à UIA, tornando-se uma base importante para o governo a partir de 1943 (Jorge, 1971; Basualdo, 2010).

Acompanhando a defesa de uma industrialização limitada, encontra-se o grupo reunido em torno da *Revista de Economía Argentina*. Esse grupo, seguidor das ideias de A. Bunge,¹³ participou da formulação da política econômica no regime militar após o golpe de 1943. Alguns de seus membros participaram de instituições de fomento e regulação da economia criadas à época, como a *Secretaría del Trabajo*, presidida por Perón e que elaborou ampla legislação trabalhista, e da *Dirección General de la Industria*. Os “herdeiros de Bunge” defendiam a expansão do mercado interno, a diversificação da atividade econômica e o avanço da industrialização, dado o fato de as exportações não mais conseguirem ser o setor dinâmico da economia. Se a Argentina quisesse evitar a estagnação e elevados índices de desemprego, teria que expandir o setor industrial. Também defendiam a necessidade de ampliar as exportações, o que seria alcançado por meio da criação de uma união aduaneira na América do Sul. A proposta era alterar a inserção da Argentina na economia mundial, tornando-a menos vulnerável às oscilações dos ciclos da economia mun-

¹³ A partir de 1917, Alejandro Bunge (1880-1943) teve grande participação no debate argentino entre os liberais e os protecionistas. Fundou e dirigiu a *Revista de Economía Argentina*. Autor nacionalista e crítico do modelo agroexportador, influenciado por F. List, defendia que a economia argentina deveria seguir o caminho da industrialização. Observava uma tendência de queda do consumo europeu de produtos argentinos e uma tendência protecionista no mundo. Dessa forma, a única saída para a Argentina seria a industrialização. Em torno de Bunge se formou um círculo intelectual do qual participaram muitos intelectuais importantes, dentre eles Raul Prebisch. Sobre o debate, ver, entre outros, Dosman (2011) e Rougier e Odisio (2017).

dial. Não obstante defendessem que as indústrias surgidas a partir de 1930 não deveriam ser abandonadas, enfatizavam a necessidade de o Estado privilegiar as que utilizavam matérias-primas nacionais e estabelecer programas para reconverter as que não utilizavam para outros ramos de atividade. As indústrias que deveriam ser promovidas por meio do crédito, de subsídios fiscais e de proteção aduaneira (medidas que teriam cinco anos de vigência, podendo ser renovadas) seriam aquelas que utilizavam matérias-primas nacionais, além das que produziam bens de primeira necessidade e as importantes para a defesa nacional, o que ampliava o escopo das indústrias a serem fomentadas (Rougie; Odisio, 2017).

A Partir de 1943, no *Banco Central de la República Argentina (BCRA)*, que tinha sido até então um dos núcleos de elaboração da política econômica da Concordância, agora alinhado ao novo governo, também começou a surgir uma visão mais ampla a respeito da industrialização. O banco passou a defender o fomento da maioria dos setores industriais existentes. Sem, no entanto, romper com a visão segundo a qual muitas das indústrias surgidas durante a guerra deveriam ser desmanteladas por serem ineficientes. A *Memoria* do Banco Central de 1944 assinala: “*En todas estas transformaciones da la estructura general de la industria y de los precios y costos hay sin duda, mucho de artificial que habrá de corregirse, pero también mucho que habrá de quedar como definitivo.*” (BCRA, 1944, p. 19).

As dificuldades desse projeto de defesa de uma industrialização limitada não eram desprezíveis. Seria preciso recompor as deterioradas relações com os Estados Unidos e ampliar os mercados para os produtos primários e para as matérias-primas processadas. Além disso, não estava claro como resolver o problema do desemprego, que seria gerado pelo desmantelamento dos setores menos competitivos da indústria, em um contexto em que a manutenção de elevados índices de emprego se colocava cada vez mais como central, devido ao crescimento da classe trabalhadora, que aspirava melhores salários, empregos e melhores condições de vida. Reivindicações que não poderiam ser desprezadas e ocupavam o centro daquela conjuntura (Corsi, 2019).

Essas correntes consideravam que a carência de capitais para financiar novos investimentos seria um obstáculo importante para o avanço da industrialização. Todavia, a principal razão para as dificuldades em acelerar o processo residiria no mercado interno relativamente pequeno, embora

a Argentina tivesse a maior renda *per capita* da América Latina e uma classe média não desprezível, com capacidade de defender seus interesses. A estreiteza do mercado interno era um argumento encontrado nessas correntes, que não viam que o próprio avanço da acumulação de capital poderia gerar os mercados necessários para assegurar o aprofundamento da industrialização.

Os críticos desses projetos tinham pouco espaço na disputa política em torno dos caminhos da economia Argentina. Adolfo Dorfman, vinculado ao Partido Comunista, apontava para os bloqueios estruturais da economia. Considerava que a concentração da propriedade da terra bloqueava o desenvolvimento argentino, ao conferir enorme poder aos grandes proprietários, que defendiam como eixo da economia o setor agropecuário. Defendia a adoção de uma ampla política econômica de promoção da industrialização, baseada na ampliação do crédito, na concessão de subsídios fiscais e em uma política aduaneira favorável ao setor industrial, embora tivesse reservas quanto ao uso indiscriminado de tarifas. Defendia, em particular, o desenvolvimento das indústrias siderúrgica, metalúrgica e química, consideradas chave para o avanço da industrialização, mesmo que esses setores fossem antieconômicos, mas o desenvolvimento desses setores se justificaria por razões de Estado. Para alcançar esses objetivos, Dorfman também defendia o planejamento da economia e a reforma agrária. Não era avesso à participação do capital estrangeiro na economia, dado que o país seria carente de capitais. Sua ampla entrada na economia não significaria necessariamente uma maior subordinação da Argentina ao capital estrangeiro (Dorfman, 1970).

A análise e as propostas do PCA, de modo geral, não se alteraram, como já assinalado, ao longo do período. O partido defendia uma industrialização ampla, com o fomento da indústria pesada, da infraestrutura de energia e transporte. Mas, diferentemente dos setores da classe dominante que também defendiam uma industrialização abrangente, propunha concomitantemente uma reforma agrária, que desconcentrasse a propriedade da terra, uma abrangente política social e trabalhista e o combate ao imperialismo e aos monopólios por meio da nacionalização dos setores considerados estratégicos para a economia nacional. Para levar a cabo esse programa, seria necessária extensa ação estatal na economia, sobretudo por meio do planejamento econômico. A partir de 1935, quando adotou

a política de frente ampla para combater a ascensão do fascismo, rompendo com a política defendida desde 1928, que considerava estar a revolução proletária na ordem do dia, o PCA passou a defender uma aliança com setores nacionalistas da burguesia e o desenvolvimento de um capitalismo nacional autônomo como base para a independência política e econômica da Argentina. Para tanto, a introdução de reformas estruturais, o avanço da industrialização e a ampliação do mercado interno relativamente fechado seriam fundamentais (Graciano, 2012; Camarero, 2023).

Em largos traços, essas visões expressavam os projetos em choque naquele momento: o projeto dos pecuaristas e importadores, que defendiam uma Argentina agroexportadora e se opunham a qualquer desenvolvimento industrial que fosse além das chamadas indústrias naturais; o projeto de uma industrialização mais abrangente, baseado no planejamento e em uma economia mais fechada, que incluía o desenvolvimento da indústria pesada e uma mudança na inserção da Argentina na economia mundial, esposado por setores nacionalistas, setores da burguesia industrial e sobretudo por setores das Forças Armadas.

Também havia o projeto de parte da oligarquia diversificada, de setores da burocracia estatal e de parcela da burguesia industrial, que concebia a exportação de produtos agropecuários e de matérias-primas processadas industrialmente como o eixo da economia argentina, mas que também defendia a necessidade do desenvolvimento de certos ramos da indústria voltados para o mercado interno, assim como o desenvolvimento da construção civil, do comércio, dos serviços e do setor financeiro. Esses setores concebiam a Argentina como uma sociedade complexa, que não poderia mais ser reduzida a uma economia agroexportadora. O objetivo era, como já indicamos, adaptar a economia do país às novas condições da economia mundial decorrentes da Grande Depressão, da decadência da Grã-Bretanha e da ascensão dos Estados Unidos e das transformações socioeconômicas em curso na Argentina. Para esses setores seria possível o desenvolvimento de uma indústria eficiente, que não se limitava às processadoras de matéria-prima nacional. Esses setores eram “herdeiros” do Plano Pinedo.

Como contraponto a esses projetos, apesar de ter com eles alguns aspectos em comum, delineou-se um projeto mais à esquerda, que defendia um capitalismo autônomo, baseado na industrialização, no avanço da

democracia social e no combate ao latifúndio e ao imperialismo. Projeto que ocupou um lugar secundário naquela conjuntura.

À medida que Perón se fortalecia politicamente, acirraram-se as disputas em torno da definição de um projeto nacional. Um passo importante para a definição do projeto peronista foi a criação do *Consejo Nacional de Posguerra*.

3. As discussões no *Consejo Nacional de Posguerra*

A partir de 1943, os indícios apontam para o aprofundamento de uma articulação de um projeto de desenvolvimento em torno dos militares, que controlavam o regime imposto pelo golpe de Estado daquele ano. Esse projeto em construção vinha se expressando, como vimos anteriormente, nas medidas adotadas pelo governo militar. Embora no interior das Forças Armadas setores defendessem uma industrialização mais abrangente e voltada para o mercado interno por meio do aprofundamento do processo de substituição de importações, o que incluía o desenvolvimento da produção de insumos, como petróleo e aço, e de bens de capital, essa visão não era predominante. Alguns setores importantes do governo militar se alinhavam à proposta de industrialização limitada. As forças que compunham o governo militar convergiam na necessidade de responder à crescente pressão popular por empregos e salários e por melhores condições de vida, o que era visto com preocupação pelos militares que deram o golpe de Estado, em virtude de o potencial dessas pressões desestabilizar a ordem social e abrir espaço para o avanço de uma saída antissistêmica. O combate ao comunismo era uma das principais bandeiras do regime (Romero, 2006; Corsi, 2019).

O debate sobre essas questões foi aprofundado no *Consejo Nacional de Posguerra* (CNP) – órgão vinculado à Vice-Presidência da República e criado por Perón em agosto de 1944, que publicou um documento intitulado *Plan de Ordenamiento Económico-Social*, estabelecendo as diretrizes para a formulação de uma política econômica. Esse documento sintetizava as discussões ocorridas no conselho. Era sobretudo um documento político, que expressava o ponto de vista das forças alinhadas a Perón, que tinha articulado o conselho como parte de seu esquema de poder, e a correlação de forças daquele momento. Enquanto a secretaria de *Trabajo*

e *Previdencia* voltava-se para a classe trabalhadora, o conselho visava ampliar as articulações com os empresários.¹⁴

Esse conselho, dirigido por Perón, era composto em sua comissão permanente por representantes dos ministérios da *Hacienda, Obras Públicas, Agricultura e Relaciones Exteriores*, além das secretarias de *Industria y Comercio e Trabajo y Previsión*. Também compunham sua comissão permanente representantes da *Sociedad Rural Argentina, da Bolsa de Comercio de Buenos Aires* e destacados empresários industriais (Belini, 2023).

O propósito do Conselho era discutir e elaborar propostas para a economia e para os problemas sociais no quadro da nova estrutura produtiva e da conjuntura final da guerra, com o objetivo de subsidiar a formulação de políticas para o pós-guerra. Várias foram as influências ideológicas presentes no debate, cabendo destacar: as experiências do *New Deal* nos Estados Unidos; os planos quinquenais da União Soviética; as ideias nacionalistas, em especial as de Alejandro Bunge, que defendia desde os anos 1920 a necessidade de industrializar o país diante do esgotamento do modelo exportador, e as ideias de Keynes sobre a regulação do mercado e o pleno emprego (CNP, 1980).

O *Plan de Ordenamiento Económico-Social* assinalava que o objetivo do Conselho seria “*realizar estudios de un plan de ordenamiento económico y social del país*”. O documento considerava que as questões sociais não poderiam ser desvinculadas das questões econômicas, criticando a maneira separada que esses temas vinham sendo até então tratados: “[...] *si bien los problemas sociales han sido con frecuencia abordados sin tener en cuenta la conexión que guardan con los demás factores que integran el complejo económico nacional, las circunstancias del momento exigen que marchen [...] hacia [...] la consecución de un objetivo común*” (CNP, 1980, p. 93). As

¹⁴ O *Consejo Nacional de Posguerra* elaborou uma série de levantamentos estatísticos e de estudos setoriais, que foram importantes para a elaboração do primeiro plano quinquenal de Perón. Entre esses documentos, cabe destacar o *Plan Quinquenal de Industrialización*, no qual se defendia um programa de industrialização como base da autonomia nacional, embora defendesse a prioridade para as indústrias que processavam matéria prima nacional (Belini, 2023; Gómez; Tchordonkian, 2010). Para os nossos propósitos, esses estudos “técnicos” não são tão importantes, pois estamos interessados em discutir o posicionamento do governo em relação ao seu projeto de desenvolvimento. Ademais, uma análise detalhada desse material fugiria ao escopo do presente artigo. Utilizamos aqui a versão parcial do *Plan de Ordenamiento Económico-Social* publicada pela revista *Desarrollo Económico*, em 1980, que reproduz a edição publicada pelo Editorial Guillermo Kraft (Buenos Aires), em 1945.

propostas de assegurar o pleno emprego, níveis elevados de salários e a seguridade social ocupam um papel central no texto. Eram pontos que não apenas respondiam às aspirações consideradas legítimas da classe trabalhadora, mas também contribuía para a ampliação do mercado interno.

De acordo com o documento do *Consejo de Ordenamiento Económico*, o Estado deveria reequilibrar as relações entre o capital e o trabalho, exercendo a função de mediador e de harmonizador de interesses no conflito de classes; e isso não significaria sufocar a iniciativa privada ou o livre-mercado:

Trata-se de conciliar la economía libre con un sistema más humano que el juego férreo de la oferta y la demanda, y de mantener el papel del Estado como fiel de la balanza Capital-Trabajo, evitando cuidadosamente toda absorción estatal [...] [para tanto, sería necesario] Humanizar la función del capital [...] El capital no debe constituirse en un medio de acaparamiento de la riqueza o dominación económica. Su verdadera función consiste no sólo en buscar su consolidación como factor exclusivamente creador de ventajas económicas propias, sino también en proporcionar la suma de bienestar posible a los que cooperan con su esfuerzo a su misma grandeza. Es la verdadera humanización del capital. (CNP, 1980, p. 115-119)

Os debates giraram em torno das seguintes questões: 1) o esgotamento do modelo agroexportador; 2) a impossibilidade de a Grã-Bretanha continuar como principal parceira comercial; 3) o desenvolvimento industrial visto como uma realidade, não podendo ser detido, apesar de enfrentar inúmeros problemas, em particular a falta de competitividade de vários ramos que cresceram ao longo do período de guerra sob forte proteção; 4) a impossibilidade de desconsiderar os interesses ligados à indústria nacional voltada para o mercado interno; 5) a necessidade de ampliar as importações de bens de capitais para reequipar e modernizar a indústria existente, que funcionava a plena capacidade; 6) a necessidade de aprofundar o processo de industrialização, desenvolvendo as indústrias de base com participação estatal; 7) a necessidade de manter um alto nível de emprego, que poderia vir a cair se uma eventual abertura da

economia desmantelasse os setores não competitivos que empregavam grande quantidade de trabalhadores; 8) a necessidade de melhorar os níveis salariais; 9) a necessidade de estabelecer uma política de seguridade social (CNP, 1980). Estas três últimas questões pareciam centrais, pois a classe trabalhadora tinha se expandido consideravelmente e era a principal base de sustentação política de Perón, que aparentemente tinha clara noção de uma mudança na correlação de forças na sociedade argentina e temia que a classe trabalhadora pudesse pender para a esquerda.

O *Plan de Ordenamiento Económico-Social*, que sintetizava as discussões ocorridas no Conselho, não consistia em uma proposta detalhada de desenvolvimento econômico e social; ele estabelecia propostas e princípios gerais a serem seguidos pelo governo, além de fazer uma análise sucinta da evolução da economia desde os anos de 1930, na qual destacava o crescimento do setor industrial, a impossibilidade de a Argentina continuar sendo apenas um país agroexportador e os problemas mais importantes a serem enfrentados nos diferentes campos da sociedade. O documento defendia, *grosso modo*, o aprofundamento da industrialização voltada ao mercado interno. Porém, o documento tinha uma posição ambígua quanto ao desenvolvimento das indústrias consideradas artificiais.

De acordo com o documento, desenvolver a indústria dependeria de uma clara política estatal vinculada a esse objetivo, que até aquele momento não existia.¹⁵ Um dos objetivos principais da política econômica deveria ser a manutenção do pleno emprego,¹⁶ como também a elevação do nível de vida dos trabalhadores, estabelecendo-se, ainda, um sistema de seguridade social. Dessa forma, o documento indicava a necessidade de melhorar a distribuição da renda, aumentando o poder aquisitivo da classe trabalhadora, o que expandiria o mercado interno, que seria a mola mestra do crescimento. Esse documento inspiraria a política econômica de Perón, em particular o seu primeiro plano quinquenal (Rapoport, 2000; 2007; Romero, 2006; CNP, 1980).

Um trecho do referido documento assinalava:

¹⁵ De acordo com o Plano, “*Hasta junio de 1943, el Estado no intervino ni en forma particular ni general en el desarrollo de la industria, obteniéndose su crecimiento por el propio esfuerzo de los industriales y al margen de toda ayuda oficial*” (CNP, 1980, p. 95).

¹⁶ O Plano recomendava: “*mantener el máximo nivel de ocupación, evitando que haya población inactiva que, además de no producir, constituya una carga para la sociedad*” (CNP, 1980, p. 118).

El proceso de la economía nacional requiere un plan estable y sistemático [...] Y esa planificación debe estar íntimamente vinculada a los problemas sociales porque la solución de éstos y de los económicos no podrá hallarse jamás si se pretende tratarlos de forma aislada, en lugar de considerarlos conjuntamente [...] Mantener el máximo nivel de ocupación, evitando que haya población inactiva. (CNP, 1980, p. 117-119)

No que se refere mais especificamente ao desenvolvimento industrial, observa-se a defesa de uma industrialização focada nas indústrias naturais, embora também defendesse as indústrias de interesse nacional:

Serán fomentadas las industrias de interés nacional, especialmente las que utilizan materia prima del país, eliminando la protección de industrias artificiales que, si bien durante la guerra cubrieron determinadas necesidades reemplazando con sus artículos la importación suspendida, sostenerlas en períodos normales sería antieconómico. Este impulso industrial sano será de insospechable rendimiento. (CNP, 1980, p. 118)

Parece haver certa incongruência no documento quanto à abrangência da industrialização, refletindo as disputas no interior do Conselho. De qualquer maneira, a questão das indústrias artificiais permaneceu no debate e nas propostas de política econômica, apesar de muitos participantes desse debate considerarem, como já assinalado, que o problema não residiria no fato de a indústria ser natural ou artificial, mas sim se ela apresentava ou não condições de competitividade, independentemente do ramo em que atuava. Contudo, as indústrias de interesse nacional incluíam os setores que produziam gêneros de primeira necessidade e aquelas consideradas importantes para a defesa nacional, como, por exemplo, a siderurgia, o que sugere que as indústrias a serem estimuladas não se reduziam às chamadas naturais. Seja como for, prevaleceu no Conselho a proposta de uma industrialização limitada.

O próprio Perón considerava, nesse momento, a necessidade de evitar “*en lo posible la creación de industrias artificiales cuya vida económica depende de alguna forma de protección que, directa o indirectamente, siempre representa un gasto*” (Perón *apud* Rougier; Odisio, 2017, p. 146). Em dis-

curso proferido quando da instalação do Consejo de Posguerra, em setembro de 1944, Perón declarou:

[...] la futura industrialización nacional que permita dar ocupación normal y bien retribuida, a todos los habitantes del suelo argentino. Desde un punto de vista puramente industrial, cabe fomentar aquellas industrias cuya materia prima sea genuinamente nacional entre otras razones porque tienen mayores probabilidades de subsistir una vez terminada la guerra. Hemos de convenir que las condiciones especialmente favorables que la guerra ha creado en la Argentina, con relación al resto del mundo, equivale a una protección artificial y pasajera [...] En todo momento el Estado puede fomentar o proteger determinadas industrias. Puede pensarse en determinado orden de jerarquías dando preferencia a unas sobre otras. Pero, debe evitarse en lo posible la creación o sostenimiento de industrias artificiales [...] Un mínimo de Industria pesada siempre es necesario y conveniente para cubrir las mínimas necesidades de la defensa nacional. (Perón, 1944)

Nesse aspecto, as posições de Perón convergiam com os defensores de uma industrialização limitada, que evoluíram das propostas do Plano Pinedo. Ou seja, haveria continuidades entre as propostas de Perón e as de Pinedo.

Entretanto, em relação a outros aspectos, havia rupturas entre o projeto de Perón e as propostas do Plano Pinedo. Perón imprimiu na economia argentina uma orientação voltada para o mercado interno, que privilegiava uma industrialização mais horizontal, no incentivo ao capital nacional em um mercado bastante protegido. Isso implicava não enfatizar, como o fazia o Plano Pinedo, uma orientação exportadora para a economia. O mercado interno, que deveria se expandir a partir do pleno emprego, da elevação dos salários e da melhora na distribuição da renda, seria a mola propulsora do crescimento econômico, a ser, em parte, financiado pela redistribuição de parcela do excedente produzido pelo setor agroexportador, via controle das exportações pelo Estado e alteração de preços relativos, para os setores vinculados ao mercado interno e para o próprio Estado, o que permitiria não achatam os lucros do setor industrial (Llach, 1984; Haines, 2008; Basualdo, 2010).

Perón rapidamente mudaria de posição, passando a defender um desenvolvimento mais amplo da indústria e do mercado interno como base da autonomia nacional e da distribuição dos frutos do crescimento. Nas palavras de Gerchunoff e Lach (2005, p. 165):

Pero las ideas sobre la industrialización no tardarían en cambiar. Con la perspectiva que daba el final de la guerra, en especial al considerar el problema de la escasez de algunas materias primas, Perón comenzó a ver con mejores ojos la posibilidad de intensificar la industrialización. No fue ése el único motivo detrás de su cambio de posición. Para Perón, la industrialización no era solamente un corolario del nacionalismo. Se trataba, en realidad, de una pieza maestra dentro de una concepción más global de los problemas que debía enfrentar la economía argentina en la posguerra. En ese sentido, una de las preocupaciones centrales era el nivel de empleo. El estímulo provocado por el conflicto mundial había hecho crecer vigorosamente el empleo industrial.

A partir de forte ligação com a classe trabalhadora e do apoio do exército, da igreja, de setores do radicalismo, de setores conservadores e de setores da burguesia industrial, Perón foi eleito presidente em fevereiro de 1946, o que abriu uma nova fase no nacionalismo argentino, particularmente no tocante à economia. Perón bateu ampla frente, que englobava o grosso da UCR, o Partido Socialista, o Partido Demócrata Progressista, o Partido Comunista, anarquistas, diversos setores conservadores e a grande maioria das instituições patronais dos diferentes setores.

A Unión Democrática contemplava em seu programa a industrialização, a reforma agrária e a democracia social, como defendia o PCA.¹⁷ Porém, a sua composição congregava, além das forças acima citadas, boa

¹⁷ O Partido Comunista, que tinha presença no movimento sindical, acabou perdendo terreno junto à classe trabalhadora, em parte devido à violenta repressão, mas também em virtude de classificar as medidas trabalhistas e previdenciárias introduzidas por Perón como demagógicas, não percebendo que elas respondiam aos anseios históricos dos trabalhadores. A política de frente ampla o colocou junto ao empresariado, enquanto Perón aparecia como o defensor dos direitos trabalhistas, o que foi decisivo para sua vitória nas eleições (Camarero, 2023).

parte das oligarquias proprietárias e reacionárias. A maioria da classe trabalhadora não se mobilizou pelas liberdades democráticas e nem se mostrou disposta a apoiar uma frente composta pelas oligarquias e apoiada pelo imperialismo, escolheu a coligação liderada por Perón, que venceu, em grande medida, porque conseguiu apresentar-se como o garantidor dos direitos trabalhistas recém-introduzidos e da autonomia nacional. Sua vitória foi inquestionável, cerca de 55% dos votos, mas não esmagadora, o que evidenciou a profunda divisão da sociedade argentina (Romero, 2006; Camarero; 2023).

Durante seu governo, Perón buscou colocar-se como “el papel de fiel de la balanza capital-trabajo” (Etulain, 1991, p. 65), adotando uma política social inovadora para o país, cujas principais medidas foram as seguintes: direito de férias remuneradas, indenização por demissão, assistência médica e 13º salário, além de uma política de pleno emprego e de elevação dos salários. Ao mesmo tempo, ampliou a intervenção do Estado na economia, estatizando os seguintes setores: estradas de ferro, comércio exterior, sistemas de transporte urbano e empresas de capital alemão. Também adotou uma política econômica industrializante. Essas medidas eram importantes para garantir o decisivo apoio dos trabalhadores ao seu governo.

4. Considerações finais

O fracasso do Plano Pinedo, que visava adaptar a economia à nova situação que vinha se conformando desde a década de 1930, sugere a fraqueza e a falta de coesão da coligação dominante. A proposta de Pinedo esbarrava na necessidade de redirecionar a Argentina para os Estados Unidos, o que enfrentava forte oposição de diferentes forças políticas e a falta de complementaridade entre as duas economias. A estratégia de desenvolvimento baseada nas exportações pressupunha uma economia internacional aberta, que não mais existia. Mesmo após o término da Segunda Guerra, a economia mundial continuou calcada em economias nacionais relativamente fechadas. Os setores conservadores, nesse aspecto, encontravam-se em um beco sem saída.

Entretanto, a ideia de enfatizar a expansão das indústrias consideradas naturais, proposição tão cara aos liberais, continuou presente no

debate argentino acerca dos rumos da economia. Essa proposição evoluiu para defesa de uma industrialização limitada que admitia o desenvolvimento de qualquer setor, desde que ele demonstrasse capacidade de ser competitivo internacionalmente.

A saída para o impasse da economia argentina, naquele contexto, foi dada por Perón, que definiu uma política voltada ao mercado interno, o que só foi possível devido ao sólido apoio popular. Embora defendesse a industrialização, a autonomia nacional e uma ampla política social, a esquerda, que tinha certa presença junto à classe trabalhadora, perdeu terreno devido à forte repressão e às críticas às medidas trabalhistas e sociais de Perón, que eram consideradas um avanço pelos trabalhadores. Também pesou o fato de compor uma frente com as oligarquias reacionárias, apoiadas pelo imperialismo, que até pouco tempo antes eram apontadas como responsáveis pelas desigualdades sociais e pelo atraso argentino.

Essa saída apresentada pelo projeto peronista, que foi fortemente influenciado pelas discussões ocorridas no *Consejo Nacional de Posguerra*, estava em consonância com a nova correlação de forças que emergiu da crise da economia exportadora, da ampliação do mercado interno, do avanço da industrialização, do crescimento da classe trabalhadora e do novo contexto internacional. O projeto peronista, não sem ambiguidades, passou a defender o desenvolvimento das indústrias consideradas de interesse nacional, o que implicava não só promover as indústrias naturais, mas também as importantes para a defesa nacional, o que englobava alguns ramos dos setores de bens de capital, bens intermediários e os ramos produtores de bens de primeira necessidade.

A proposta inicial de Perón indicava uma industrialização limitada, mas que não se pautava apenas nos setores que utilizavam matérias-primas nacionais, incluído setores importantes para a defesa nacional e para a produção de produtos de primeira necessidade. Isso aparece em vários discursos nos quais defendia uma industrialização baseada na expansão das chamadas indústrias naturais. De qualquer forma, o projeto inicial de Perón se caracterizava pela postura nacionalista, pela ideia de transformar a Argentina em uma potência regional, pelo desenvolvimento da indústria e por uma política de pleno emprego, melhores salários e assistência social, necessária para garantir o apoio dos trabalhadores e a ampliação do mercado interno, considerada essencial para sustentar o crescimento econô-

mico. A política econômica adotada pela Argentina a partir do golpe militar de 1943 se alinhou à tendência mundial de privilegiar o mercado interno como eixo do crescimento. Postura que seria aprofundada no governo Perón.

Referências

BASUALDO, E. *Estudios de historia económica argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

BCRA – Banco Central da República Argentina. *Memoria Anual, 1935-1945*. Buenos Aires: BCRA, 1935-1945.

BELINI, C. Un análisis económico del peronismo. Los dirigentes e intelectuales del Partido Socialista frente a las políticas económicas en la Argentina de posguerra. *Prismas: Revista de Historia Intelectual*, n. 26, 2022, p. 111-130.

BELINI, C. El golpe de 1943 y la industria: continuidades, rupturas y controversias. In: MIRANDA, L.; LÓPEZ, I. A. (Org.). *Un golpe decisivo: la dictadura de 1943 y el lugar de Juan Domingo Perón*. Buenos Aires: Edhasa, 2023, p. 69-93.

CAMARERO, H. El Partido Comunista, el frente popular y el movimiento obrero antes y después de la encrucijada histórica de 1943. In: MIRANDA, L.; LÓPEZ, I. A. (Org.). *Un golpe decisivo: la dictadura de 1943 y el lugar de Juan Domingo Perón*. Buenos Aires: Edhasa, 2023, p. 23-50.

CNP – Consejo Nacional de Posguerra. Plan de Ordenamiento Económico-social. *Desarrollo Económico*. V. 20, n. 77, p. 93-120, 1980.

CORSI, F. L. Política econômica e projeto nacional: uma análise comparativa das estratégias de desenvolvimento do Brasil e da Argentina (1930-1945). Tese (Livre-docência em História Econômica), Marília: Unesp, 2019.

DORFMAN, A. *Historia de la industria argentina*. Buenos Aires: Solar, 1970.

DOSMAN, E. J. *Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2011.

ETULAIN, C. *Intervenção do Estado, economia e petróleo: um estudo sobre liberalismo e nacionalismo na Argentina*. 1991. Dissertação (mestrado em Economia) Campinas: Unicamp, 1991.

GERCHUNOFF, P.; LLACH, L. *El ciclo de la ilusión y el desencanto*. Buenos Aires: Ariel, 2005.

GERCHUNOFF, P. Causas y azares en más de un siglo de historia económica argentina. In: RUSSEL, R. (Org.). *Argentina, 1910-2010*. Balance de siglo. Buenos Aires: Aguilar, 2010.

GÓMEZ, T.; TCHORDONKIAN, S. Un laboratorio de políticas públicas: el Consejo Nacional de Posguerra (1944-1946). Buenos Aires: Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina, UBA, 2010. (Documento de Trabajo, n. 16)

GRACIANO, O. Las izquierdas ante la crisis del capitalismo agrario argentino. Producción de saber para la acción política. In: BALSÁ, J.; LÁZZARO, S. (Org.). *Agro y política en Argentina: el modelo agrario en cuestión (1930-1943)*. Buenos Aires: CICCUS, 2012, p. 119-202.

HAINES, A. E. F. *El Peronismo: un Fenómeno Argentino. Una Interpretación de la Política Económica Argentina*. Tese (Doutorado em Economia), Porto Alegre, UFRGS, 2008.

JORGE, E. *Industria y concentración económica*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1975.

LLACH, J. J. El Plan Pinedo de 1940, su significado histórico y los orígenes de la economía política del peronismo. *Desarrollo Económico*, v. 23, n. 92, p. 515-556, 1984.

MIRANDA, L.; LÓPEZ, I. A. (Org.). *Un golpe decisivo: la dictadura de 1943 y el lugar de Juan Domingo Perón*. Buenos Aires: Edhasa, 2023.

MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. *Estudios sobre los orígenes del peronismo*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

NÁLLIM, J. Debates hacia adentro: las ideas económicas del frente antifascista liberal en Argentina (1939-1943). *Sociohistórica*, n. 30, p. 35-65, 2012.

PERÓN, J. D. *Discurso en ocasión de la integración del Consejo Nacional de Posguerra*. Disponível em: <<https://constitucionweb.blogspot.com/2010/07/seleccion-de-discursos-periodo-1943.html>>. Acesso em: 25 março 2026.

PRE – Plan de Reactivación Económica ante Honorable Senado. *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, v. 19 n. 75, p. 403-426, 1979. Disponível em: Sci-Hub. El Plan de Reactivación Económica ante el Honorable Senado / Desarrollo Económico, 1979 Acesso em 18 dez. 2024.

RAPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina, 1880-2003*. Buenos Aires: Ariel, 2000.

RAPOPORT, M. *et al. Historia de la economía argentina del siglo XX*. Buenos Aires: La Página, 2007.

ROMERO, Luis A. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ROUGIER, M.; ODISIO, J. *Argentina será industrial o no cumplirá sus destinos. Las ideas sobre el desarrollo nacional (1914-1980)*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.